MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

8.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

Decreto n.º 6:673

Tornando-se necessário reforçar a dotação do artigo 9.º do capítulo 2.º do projecto de orçamento para o actual ano económico, do Ministério do Comércio e Comunicações a fim de se poder atender ao disposto no § 2.º do artigo 11.º do decreto n.º 5:570, de 10 de Maio de 1919, e havendo disponibilidades no artigo 6.º do mesmo capítulo: hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, tendo ouvido o Conselho de Ministros e com fundamento no n.º 5.º do artigo 25.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, determinar que do artigo 6.º do capítulo 2.º do projecto de orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações em vigor para o actual ano económico seja transferida para o artigo 9.º do mesmo capítulo a quantia de 423\$96.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 5 de Junho de 1920.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*António Maria Baptista—José Ramos Preto—Francisco de Pina Esteves Lopes—João Estêvão Aguas—Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker—Aníbal Lúcio de Azevedo—Fernando Pais Teles de Utra Machado—Vasco Borges—Bartolomeu de Sousa Severino—João Luis Ricardo.*

Decreto n.º 6:674

Sendo urgente reforçar a dotação do artigo 28.º do capítulo 4.º do orçamento em vigor, e havendo disponibilidades no artigo 29.º do mesmo capítulo: hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, com fundamento no n.º 5.º do artigo 25.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, tendo ouvido o Conselho de Ministros, que do artigo 29.º do capítulo 4.º do orçamento em vigor para o actual ano económico «Trabalhos nos portos de mar e costa marítima», seja transferido para o artigo 28.º «Trabalhos fluviais, incluindo policia de navegação interior e de pesca», do mesmo capítulo, a quantia de 20.000\$.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 5 de Junho de 1920.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*António Maria Baptista—José Ramos Preto—Francisco de Pina Esteves Lopes—João Estêvão Aguas—Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker—Aníbal Lúcio de Azevedo—Fernando Pais Teles de Utra Machado—Vasco Borges—Bartolomeu de Sousa Severino—João Luis Ricardo.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Secundário

2.ª Repartição

Por ter saído com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 114, 1.ª série, de 2 do corrente, novamente se publica a lei seguinte:

Lei n.º 982

Em nome da Nação o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo único. Fica revogado o decreto com força de

lei n.º 6:158, de 14 de Setembro de 1919, sendo, contudo permitido fazerem exame na próxima época aos alunos que transitaram condicionalmente com média final inferior a dez valores em mais de três disciplinas.

§ único. Estes alunos serão dispensados daquele exame se mostrarem por certidão que estão habilitados a fazer exame do primeiro ano do curso superior em que se matricularam ou a transitar no liceu para a classe seguinte.

O Ministro da Instrução a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 2 de Junho de 1920.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*António Maria Baptista—José Ramos Preto—Francisco de Pina Esteves Lopes—João Estêvão Aguas—Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker—Vasco Borges—Aníbal Lúcio de Azevedo—Fernando Pais Teles de Utra Machado—Bartolomeu de Sousa Severino—João Luis Ricardo.*

Decreto n.º 6:675

Considerando que muitas das disposições contidas no regulamento aprovado por decreto n.º 4:799, de 8 de Setembro de 1918, têm sido sensivelmente alteradas por diplomas posteriormente publicados;

Atendendo a que algumas disposições dêsse decreto não são suficientemente claras, originando as suas variadas interpretações, desigualdade e perturbação na boa marcha das questões do ensino;

Convindo, pois, reunir num só diploma tudo o que respeita a este assunto e tendo em consideração os trabalhos apresentados pelos professores encarrégados, por portaria de 22 de Dezembro de 1919, de proceder à organização do referido diploma.

Usando da faculdade que me confere o artigo 3.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado e para todos os efeitos considerado em vigor desde esta data, o regulamento da instrução secundária que faz parte integrante dêste decreto e baixa assinado pelo Ministro da Instrução Pública.

Art. 2.º Ficam, pelo referido regulamento, coordenadas todas as disposições legais em vigor relativas ao ensino secundário e substituídas as disposições regulamentares, até agora em vigor, sobre o mesmo assunto.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1920.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*Vasco Borges.*

Regulamento da Instrução Secundária

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º O ensino secundário tem por fim ministrar os elementos duma cultura geral e habilitar para os estudos superiores, promovendo para isso a aquisição dum determinado conjunto de conhecimentos, o progressivo desenvolvimento intelectual do espírito, o desenvolvimento normal do corpo e a educação do sentimento e da vontade.

Art. 2.º A instrução secundária do Estado é professada em institutos de duas categorias: liceus nacionais centrais e liceus nacionais.

Art. 3.º Nas cidades de Lisboa, Pôrto e Coimbra funcionam, respectivamente, quatro, dois e um liceus na-